

27jan16

Mudança na política econômica?

Por **Luiz Fernando de Paula**

A escolha de Nelson Barbosa como novo ministro da Fazenda tem levantado de imediato a discussão se haverá uma mudança de rota na política econômica em relação à adotada ou preconizada por Joaquim Levy.

Alguns analistas sustentam que Barbosa na Fazenda significa o retorno à "nova matriz macroeconômica" adotada durante boa parte do primeiro governo Dilma. Se assim for, isto significaria um relaxamento no ajuste fiscal, com utilização de políticas diversas de subsídios fiscais visando "bombar" o crescimento econômico.

Esta crítica, contudo, parece-nos sem sentido, uma vez que um dos motivos que levou à sua saída do cargo de secretário-executivo do Ministério da Fazenda, em 2013 foi justamente sua discordância em relação ao uso de artifícios pouco transparentes naquilo que ficaram conhecidas posteriormente como "pedaladas fiscais".

A agenda deveria incluir propostas para ampliar a progressividade tributária, incluindo IR para lucros distribuídos

Sem dúvida um dos legados mais negativos da gestão Mantega/Augustin - ao implementar uma política fiscal expansionista equivocada através de desonerações fiscais, que acabaram resultando em enormes transferências de recursos para a indústria sem contrapartida na maior produção industrial - foi a perda da credibilidade do Tesouro para fazer políticas fiscais contracíclicas. De roldão, verificou-se, a partir do fracasso da nova matriz macroeconômica, uma contrarreação ortodoxa-liberal no qual associa qualquer tipo de intervencionismo estatal com uma fracassada estratégia desenvolvimentista, seja de que natureza for.

Barbosa tem reconhecida capacidade técnica - foi um dos principais artífices das bem-sucedidas medidas anticíclicas adotadas em 2008/09 para enfrentar o contágio da crise financeira global - e boa capacidade de articulação política, o que é fundamental para que o governo possa negociar medidas de seu interesse no Congresso Nacional.

Curiosamente, a recente gestão de Barbosa no Planejamento foi marcada por críticas de gregos e troianos: heterodoxos mais radicais criticando sua rendição à ortodoxia ao defender a necessidade do ajuste fiscal no atual contexto de acentuada piora nos indicadores fiscais e de deterioração nas expectativas dos agentes; ortodoxos "sangue-puro" criticando seu posicionamento a favor de um ajuste fiscal gradual, face às circunstâncias políticas atuais, de modo a não comprometer ainda mais a forte desaceleração econômica.

A gestão de Nelson Barbosa na Fazenda não significará uma mudança radical na condução da política econômica atual, da qual inclusive tem sido um dos seus principais executores. Durante sua gestão no Planejamento contribuiu para o contingenciamento de R\$ 78 bilhões de gastos públicos deste ano e, junto com Levy, implementou mudanças nas regras de pensão por morte e de alguns auxílios sociais.

Assim, o novo ministro da Fazenda entende que o ajuste fiscal é necessário para restabelecer as condições para se voltar a ter um "espaço de política", que se reduziu substancialmente no período recente. Seu grande desafio é, portanto, estabelecer uma estratégia de consolidação fiscal, que, entre outros aspectos, seja capaz de reverter a trajetória ascendente de aumento nos gastos públicos, que contraditoriamente compromete a capacidade de implementação de políticas públicas por parte do Estado brasileiro no longo prazo.



Neste sentido, um ajuste fiscal imediato mais forte (em relação ao atual), combinado com a política de juros elevados, num momento em que a economia vem mergulhando em uma recessão profunda, não só é parcialmente inócuo, pois aprofunda ainda mais a desaceleração econômica diminuindo a arrecadação de impostos, como é inaceitável socialmente, uma vez que irá comprometer programas sociais, colocando em risco um importante ganho da sociedade brasileira, que é a redução da pobreza.

Barbosa já anunciou parte de sua agenda de medidas para 2016: estabelecimento de um limite para o crescimento dos gastos de custeio e de pessoal, recriação da CPMF, desvinculação de parte das receitas fiscais, simplificação do sistema tributário (PIS/Cofins) e reforma da previdência (cuja proposta ainda não está clara). A médio prazo, a agenda deveria incluir, a meu juízo, propostas para ampliar a progressividade tributária no Brasil, incluindo a reintrodução do imposto de renda para lucros e dividendos distribuídos.

Talvez a sua diferença fundamental em relação a Levy seja em termos da agenda de crescimento e do papel do Estado na economia. Levy -além ser favorável a uma diminuição do papel do Estado como indutor do crescimento - parece acreditar na polêmica tese da "contração fiscal expansionista", segundo o qual um ajuste fiscal forte produz uma melhoria nas expectativas empresariais, que reagem positivamente aumentando seus investimentos, e permite uma redução nos juros a médio prazo. Barbosa, por sua vez, acredita que o Estado deve ter algum papel estruturante na economia (sem confundir com um amplo intervencionismo), sendo capaz de estabelecer uma agenda de crescimento que estimule a realização de investimentos (medidas como acordo de leniência, concessão de serviços públicos, etc), sendo ainda favorável a uma

estratégia de consolidação fiscal que combine alguma flexibilidade de política com reformas fiscais de longo prazo.

Sem dúvida, o novo ministro da Fazenda tem uma tarefa hercúlea de buscar compatibilizar um processo de consolidação fiscal de longo prazo com uma agenda econômica que vise a retomada gradual do crescimento. Nas atuais condições do país, esta certamente é uma tarefa bem mais difícil do que foi a de desenhar e implementar medidas contracíclicas em 2008/09, quando o "espaço de política" era bem mais favorável em relação ao momento atual. Nelson Barbosa, contudo, é uma das pessoas mais bem preparadas para tal tarefa.

Luiz Fernando de Paula é professor titular de Economia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e coautor do livro Economia Monetária e Financeira (Campus, 3ª edição)
